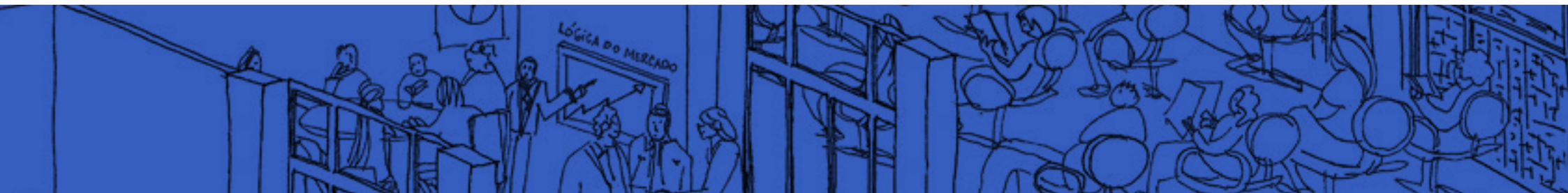




Sociedade Civil 2023



Quatro cenários transformadores para inspirar, desafiar e estimular a Sociedade Civil Organizada no Brasil para um futuro melhor.



Prefácio

A América Latina reúne, atualmente, condições únicas na sua história. Instituições democráticas relativamente consolidadas são a regra no continente.

A democracia é vista como algo dado, não como um intervalo entre ditaduras. Temos, pela primeira vez, uma geração formada na democracia. Uma geração que não precisa pensar nas instituições democráticas apenas como proteção contra a possibilidade de autoritarismo, mas como um modelo de convivência que aceite e valorize o pluralismo ao mesmo tempo que enfrenta as desigualdades.

E quando comparamos a situação vivida em outros lugares do mundo com a situação latino-americana, percebemos o momento único pelo qual passa o continente. Se a democracia parece ter um peso maior aqui do que em outras regiões em desenvolvimento, os temas da rediscussão do desenho de instituições democráticas, do debate sobre o papel da sociedade civil e de como alterar os reais desequilíbrios de distribuição de poder parecem ter, na América Latina, muito mais acolhimento do que, por exemplo, na Europa e nos EUA, onde a democracia está mais consolidada. Estamos conseguindo apontar caminhos novos ou alternativas capazes de transformar a maneira de a sociedade se relacionar com o poder, reconhecendo as

profundas mudanças ocorridas nas formas de organização social nos últimos anos.

Outra característica interessante é que o debate político na América Latina, diferentemente de outros momentos históricos (todos os outros talvez), não se faz a partir de atores externos. Em um percurso histórico que vai do colonialismo, passando pelo imperialismo, à submissão a políticas ditadas pelo FMI, é de se notar o fato de que o debate político se dê entre atores latino-americanos. É evidente que a região está situada em um contexto global, influencia e é influenciada pelo que acontece no resto do mundo. Mas está claro que os caminhos que ela seguirá serão os caminhos escolhidos pelos latino-americanos.

Os desafios são gigantescos. Desigualdade, serviços públicos de baixa qualidade, violência, entre muitos outros problemas agudos enfrentados pela região, não têm solução fácil nem parecem ter perspectiva de resolução em curto prazo. Entretanto, há uma abertura para se construírem instituições democráticas à altura desses desafios que talvez não se encontre em nenhum lugar do mundo.

A sociedade em que vivemos hoje não é mais a sociedade da revolução industrial, para a qual as instituições democráticas

foram forjadas – sobretudo ao longo dos séculos XIX e XX. As relações não são mais necessariamente mediadas por estruturas hierárquicas como partidos, sindicatos e associações. As relações diretas entre os cidadãos, a formação de agrupamentos ou *clusters* instáveis de interesses, a necessidade dos governos de buscar legitimidade constante para seus atos (que não se esgota nas eleições periódicas), combinadas com a comunicação de alta velocidade proporcionada pela internet, exigem uma mudança na forma com que se distribui o poder e se governa.

A América Latina está em um momento decisivo, no qual pode tanto sucumbir ao tamanho de seus desafios como assumir a liderança na construção de uma democracia talhada pelas necessidades da democracia do século XXI.

O Brasil, nesse contexto, é fundamental. As esperanças depositadas na democracia brasileira são enormes, não só na região como em outras partes do mundo. De fato, os caminhos e desenhos criados no Brasil pela relação da sociedade civil com o Estado serão fonte de inspiração e debate em toda a América Latina. A responsabilidade do debate brasileiro é, portanto, a de influenciar a construção de uma nova democracia na região que parece a mais apta no mundo a desenvolver novos modelos.

É nesse contexto que um trabalho como este se torna absolutamente relevante. Compreender que há vários caminhos

possíveis – e tão distintos – na construção da democracia brasileira no que se refere à relação entre a sociedade civil e o Estado é necessário para escolher quais caminhos seguir.

A produção de quatro cenários alternativos, bem construídos – todos possíveis –, oferece aos atores que podem influenciar a formulação de políticas os elementos para compreender os riscos e as oportunidades presentes no desenho do diálogo Estado–sociedade.

Uma sociedade civil dependente do Estado? Um Estado refém de movimentos conservadores, que sufoca a sociedade civil? Um Estado que esconde seus defeitos, com uma sociedade civil fraca e pouco cooperativa? Ou uma coordenação crítica e positiva entre Estado e sociedade que permita a construção de um novo desenho de democracia?

Todas essas possibilidades estão contidas no presente. Os riscos e oportunidades se entrelaçam na moldura do Brasil de 2013. Como será o Brasil de 2023? Estará à altura das expectativas mundiais que se depositam aqui? É difícil saber. Mas a compreensão dessas possibilidades é requisito para a construção de uma democracia plural, forte e sintonizada com as novas relações sociais.

Pedro Abramovay

O que são cenários

Cenários são histórias que descrevem o que poderia acontecer no futuro. O exercício de construir cenários é um exercício de suspender nossos desejos e nossas respostas, olhar para além de nossas previsões e projeções, e nos abrir para pensar uma variedade de futuros possíveis. O valor desse exercício está em proporcionar uma experiência compartilhada que questiona abertamente nossos pressupostos, abre o debate e inspira a criação de estratégias robustas e inovadoras para influenciar nossa realidade.

O planejamento de cenários transformadores tem sido usado nos últimos vinte anos em contextos diversos e complexos, por exemplo, na transição do *apartheid* na África do Sul, nos momentos de maior conflito na Colômbia, para pensar o futuro pós-guerra civil na Guatemala e na questão das drogas nas Américas num momento de grande incerteza e debate.

Os Cenários da Sociedade Civil Organizada no Brasil em 2023 foram construídos por uma equipe de brasileiros dos mais **diversos setores**: organizações da sociedade civil (OSCs), movimentos sociais, governo, iniciativa privada e universidades. Tais atores¹ são líderes em seus setores e estão envolvidos com

a defesa de **diferentes causas**: de pessoas com deficiência; mulheres; população negra; indígenas; quebradeiras de coco babaçu; atingidos por barragens; agricultores familiares; educação; direitos humanos em geral; democratização da comunicação, entre outras. Além disso, o grupo foi formado por representantes de todas as regiões do país. É importante notar, porém, que ao tratar de um tema tão amplo quanto a sociedade civil organizada no Brasil, seria impossível trazer para o processo representantes de todos os movimentos e causas existentes. O que se procurou garantir é que os participantes representassem uma parte importante da **multifacetada sociedade brasileira**.

Os cenários foram criados a partir de 40 entrevistas em profundidade realizadas com pessoas envolvidas com o tema, além de duas oficinas de três dias cada, nos meses de setembro e outubro de 2013. Durante as oficinas, o grupo de aproximadamente 30 pessoas dialogou intensamente, entre si e com o material produzido a partir das entrevistas. As pessoas falaram e, sobretudo, se escutaram. Para compor uma trama de histórias, cada um trouxe seus fios, de diferentes cores e texturas, com coragem e respeito aos demais, para tecer as narrativas sobre o futuro da sociedade civil organizada no Brasil em 2023.

¹ Optamos por não utilizar a linguagem de gênero ao longo do texto para facilitar a leitura. Sempre que possível, empregamos termos neutros ou caracterizamos os dois gêneros, visando um equilíbrio (N. do E.).

Por que fazer cenários da sociedade civil organizada agora no Brasil?

O momento atual é propício para um projeto de cenários transformadores: estamos vivendo muitas mudanças, incertezas e questionamentos, e há muitas pessoas comprometidas em transformar a realidade agindo assertiva e efetivamente sobre ela.

- Como **economia emergente**, o Brasil percebe que sua estrutura de financiamento e apoio às organizações da sociedade civil passa por mudanças: os fundos internacionais estão mudando suas prioridades e surgem novas fontes de recursos.
- Diversas pesquisas sobre a sociedade civil organizada no Brasil, realizadas nos últimos cinco anos (IBGE, IPEA, ABONG, GIFE, ANDI, FGV e outros), contribuíram para construir uma **base de conhecimento** sobre a qual cenários rigorosos poderão ser construídos.
- A Articulação D3 e a FGV publicaram um estudo em 2013 sobre a **arquitetura de apoio** à sociedade civil (sustentabilidade financeira, política e social), em especial olhando para as organizações que atuam no campo dos direitos. Parte do resultado desse esforço é a necessidade de pensar uma melhor infraestrutura de apoio às organizações, para a qual a elaboração de cenários é fundamental.

- O Governo Federal está trabalhando na construção de um **novo marco regulatório** das organizações da sociedade civil no Brasil. A Secretaria-Geral da Presidência da República, impulsionada por um desafio articulado pela sociedade civil organizada, está liderando a agenda, mobilizando outros atores de governo e da sociedade civil para propor melhorias na *contratualização* do Estado com as organizações, na *sustentabilidade* econômica das organizações e no seu processo de *certificação*.
- As manifestações de junho de 2013 mostraram uma sociedade civil brasileira em processo de transformação, influenciada por **novas tecnologias e novas formas de organização**; mostraram uma população com muitos questionamentos sobre o significado e o impacto do que está acontecendo.

Cabe lembrar que as organizações da sociedade civil foram cruciais na conquista e defesa de vários direitos, principalmente a partir da década de 1970. Um setor tão importante para a construção de um país mais justo e igualitário não pode e não quer ser imobilizado ou enfraquecido pelas circunstâncias. As mudanças na estrutura de financiamento, no relacionamento com a sociedade, o Estado e a iniciativa privada, bem como nas tecnologias de informação e comunicação precisam ser entendidas e influenciadas para que o

setor não seja refém das mesmas. É pensando nisso que a sociedade civil organizada, reconhecendo suas conquistas, decidiu imaginar quais são seus possíveis futuros.

O processo de construção

A construção dos cenários segue um processo rigoroso, que é ao mesmo tempo analítico e criativo. A equipe começa por identificar sua **agenda estratégica**, ou seja, quais são os temas mais importantes quando olhamos para a sociedade civil organizada no Brasil. Em seguida, o grupo faz um levantamento das **forças motrizes**. Essas forças, que podem ser sociais, tecnológicas, ambientais, econômicas e políticas, existem no contexto em que a sociedade civil organizada se encontra. Qualquer mudança em uma *força motriz* pode ter um grande impacto nos temas da *agenda estratégica*. Após identificar as forças, a equipe as classifica em dois eixos: previsibilidade e impacto. Na construção dos cenários o que mais importa são as forças que têm alto impacto. Uma vez definidas as forças de alto impacto, a equipe diferencia aquelas que são facilmente previsíveis e as que são imprevisíveis. As forças previsíveis, chamadas de certezas, passam a compor todos os cenários. Dentre as **certezas** (até 2023) desse processo, podemos destacar as seguintes:

- O modelo de desenvolvimento brasileiro continuará buscando o crescimento econômico.

- As tecnologias de informação e comunicação continuarão a se desenvolver exponencialmente, seu acesso ficará cada vez mais massificado e a combinação desses elementos possibilitará a existência e o surgimento de novas redes.
- As organizações da sociedade civil continuarão a existir e lutar pelas causas em que acreditam e para as quais são vocacionadas.

As forças imprevisíveis, ou **incertezas**, diferenciam um cenário do outro. Dentre as incertezas desse processo, podemos destacar:

- Como se dará a sustentabilidade econômica das organizações da sociedade civil?
- As recentes manifestações continuarão ocorrendo? Que impactos terão nas formas atuais de organização e na atuação das instituições da sociedade civil?
- A criminalização das organizações da sociedade civil pelos processos administrativos aumentará ou diminuirá?
- A sociedade brasileira caminhará para o neoconservadorismo de base religiosa ou para o progressismo laico?

Considerando as certezas e incertezas, os participantes se depararam com mais de 30 cenários possíveis, tendo o desafio

de agrupar e selecionar as características mais importantes. No processo de escolha, eles se orientaram por critérios que garantissem que os cenários inspirassem práticas e ações políticas no futuro. Assim, estes deveriam ser:

- **Relevantes:** abordar questões importantes para quem tem interesse no tema.
- **Desafiadores:** ajudar as pessoas a olhar para opções antes impensáveis ou imperceptíveis e desafiar a maneira atual de pensar sobre a realidade.
- **Plausíveis:** ser razoável acreditar que eles podem ocorrer, pois estão baseados em fatos e possuem uma lógica.
- **Claros:** fáceis de lembrar e simples de descrever. É possível distinguir as particularidades de cada história.

A criação de histórias que sejam, ao mesmo tempo, plausíveis e desafiadoras não é uma tarefa simples. Criar histórias que qualquer um já imaginou, ou poderia imaginar sozinho, não justifica um processo como esse, envolvendo dezenas de pessoas e muitas horas de trabalho. A riqueza das histórias que vocês lerão está na capacidade que revelam de se aproximar

limites da plausibilidade sem, entretanto, cruzar a ponte para o reino do absurdo ou do impossível.

A equipe, após muito debate, conseguiu chegar a quatro cenários distintos entre si. O próximo passo foi imaginar uma série de fatos que aconteceriam entre 2014 e 2023 para que o cenário se realizasse em 2023. Esses “fatos” são imaginados, porém, baseiam-se em dados e casos reais que serão apresentados ao longo deste relatório.

Ao final da segunda oficina, os participantes definiram os nomes dos cenários, que deveriam representar características dos cenários e ser fáceis de memorizar. A equipe decidiu nomear os quatro cenários de acordo com quatro brincadeiras populares no Brasil: O Mestre Mandou, Passa Anel, Amarelinha e Ciranda. Foi escolhida a ideia das brincadeiras porque elas representam uma linguagem comum, refletem dinâmicas humanas arquetípicas e fazem lembrar que as crianças são o nosso futuro.

Após as oficinas, o presente relatório foi escrito pelo editor de cenários, que compartilhou o documento em duas ocasiões e recebeu sugestões de aproximadamente 20 membros da equipe, para então criar a versão final do documento.

Como ler os cenários

Os cenários começam descrevendo como o Brasil e as organizações da sociedade civil estarão no ano de 2023 – ano definido pelo grupo em função do tempo razoável para a consolidação das mudanças projetadas. Em seguida, são apresentados fatos em ordem cronológica, de 2014 até 2023, que explicam como aquele cenário aconteceu, ou seja, qual foi a trajetória percorrida.

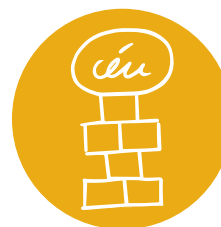


O MESTRE MANDOU é uma brincadeira na qual uma pessoa dá uma ordem e as outras obedecem. Nesse cenário, quem manda são as leis do mercado, e o governo liberal torna-se tão prescritivo e burocrático em sua relação com as organizações da sociedade civil, que só sobrevive quem obedece estritamente a suas regras e responde a suas prioridades.



PASSA ANEL é um jogo em que alguém esconde um anel nas mãos e tenta dissimuladamente passá-lo para outra pessoa, enquanto os demais tentam adivinhar quem o recebeu. Nesse cenário, os diversos setores da iniciativa privada, a mídia dominante e o

governo assumem discursos progressistas, mas sem colocá-los em prática. Há certa dissimulação nas relações e dificuldade de identificar posicionamentos, diluídos em um aparente consenso.



AMARELINHA é uma brincadeira na qual os jogadores querem chegar ao céu, passando por diversos obstáculos. Nesse cenário, há uma expansão dos grupos e agendas conservadores, particularmente de base religiosa. Há limites claros e espaços delimitados para os grupos organizados, com baixa capacidade de alteração das regras e da estrutura do jogo.



CIRANDA é uma grande roda, na qual os integrantes dançam juntos, entoando músicas diversas que criam harmonia entre os pares. Nesse cenário, os diversos setores conseguem entender os benefícios da colaboração e da atuação em rede e começam a criar bases para diálogos e ações colaborativas. Há um estímulo à criatividade e um protagonismo dos indivíduos, mas em função do coletivo.

Como utilizar os cenários

O sucesso de um cenário ou conjunto de cenários não é avaliado observando-se se ele aconteceu ou não no futuro, mas se influenciou positivamente as estratégias e escolhas de hoje. Às vezes o cenário mais significativo pode ser aquele que conseguimos evitar. Ao desenvolver os cenários, criamos uma linguagem comum que nos permite conversar sobre os desafios que o futuro apresenta. A partir disso podemos fazer escolhas e alianças estratégicas que permitam criar o futuro desejado.

Para que esses cenários sejam bem-sucedidos, é fundamental então refletir e conversar sobre eles. Essa reflexão pode ser individual ou coletiva, presencial ou virtual. Gostaríamos de encorajar qualquer cidadão a se juntar com outras pessoas para conversar sobre este material. Para maiores informações sobre como facilitar uma conversa sobre os cenários, veja o final deste documento ou entre no site www.sociedadecivil2023.org.br.

"Se o futuro for ruim para as ONGs, vai ser ruim para a democracia, a sociedade e a economia do Brasil."

"O sucesso destes cenários seria se o debate se irradiasse e incendiasse outros debates."

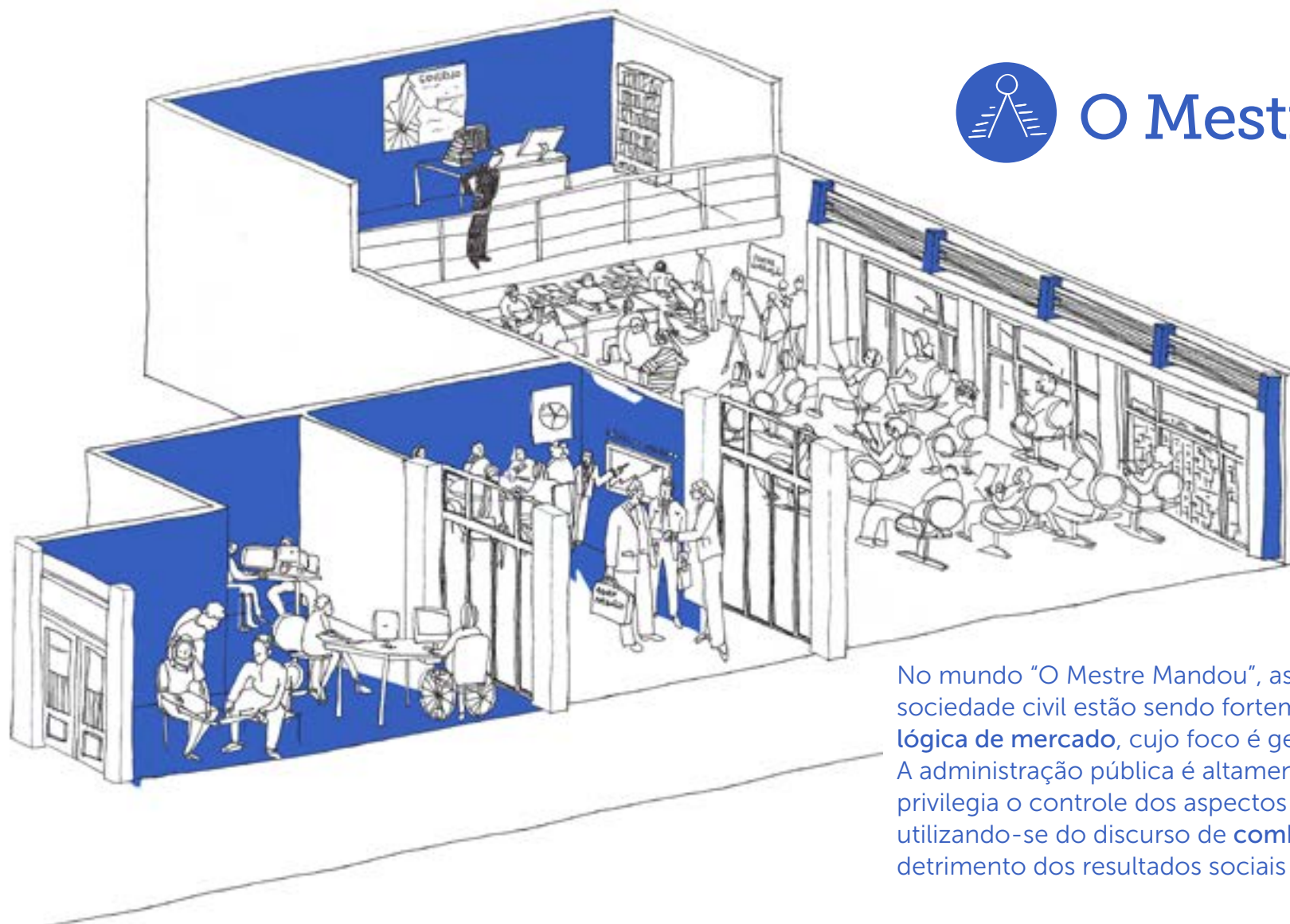
"Não podemos perder esse momento do Brasil."

Comparação dos cenários

A tabela abaixo tem o intuito de facilitar a comparação entre os quatro cenários a partir dos principais temas identificados na **agenda estratégica**.

| | O Mestre Mandou | Passa Anel | Amarelinha | Ciranda |
|----------------------|--|---|---|--|
| GARANTIA DE DIREITOS | A narrativa de direitos é subjugada pela lógica do mercado. Os direitos avançam quando podem ser assimilados pelo mercado e retrocedem quando afetam o desenvolvimento econômico. | O discurso politicamente correto em relação aos direitos é completamente incorporado. Avanços nos marcos legais não se refletem na prática. Há muitos desafios na implementação da legislação que garante os direitos. | Universalização dos direitos econômicos. Negação da diversidade e retrocesso na garantia de direitos sociais. Lutas acirradas por liberdades individuais e certos direitos coletivos. | A participação de diversos segmentos sociais garante avanços nos direitos. Leis e políticas públicas que garantem direitos humanos e socioambientais são implementadas, em meio a lutas e diálogos. |
| RELAÇÃO OSC-ESTADO | OSCs são prestadoras de serviços em geral. Estado contrata organizações para serviços pontuais. O controle burocrático excessivo faz com que muitas organizações da sociedade civil estejam com sua situação irregular junto ao governo, sofrendo com ações administrativas e judiciais. OSCs mais combativas se afastam dos governos para manter a sua autonomia. | A ampliação dos espaços de diálogo e a participação não garantem sustentabilidade econômica por parte das OSCs. O Estado finge interesse nas OSCs para manter suas próprias agendas. Predomina uma visão formalista sobre participação, com baixa efetividade, favorecendo relações clientelistas. Há acesso a recursos públicos, insuficientes para a demanda. | Estado neoconservador combate de forma mais explícita as OSCs que lutam por interesses contrários à "sociedade do bem". Ao mesmo tempo, beneficia as que promovem seus valores na sociedade em geral. Com critérios direcionados, vencem os editais as que se identificam com a postura do governo. Há retrocessos no campo regulatório. | Relação mais horizontal favorece novas formas de colaboração e participação direta, a partir do novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. Há mais acesso a recursos públicos e o Estado investe na construção de uma sociedade civil autônoma, com capacidade efetiva de traduzir demandas sociais relevantes. |

| | | | | |
|----------------------------------|--|---|---|--|
| <p>RELAÇÃO OSC-SOCIEDADE</p> | <p>Sociedade não confia nas OSCs, pois há frequentes denúncias de corrupção. O controle burocrático não consegue coibir os desvios.</p> | <p>A população em geral obtém sua informação por meio das grandes empresas de comunicação e não apoia manifestações em defesa de direitos. Sociedade conectada em rede não se sente mais tão representada pelas OSCs, buscando mecanismos virtuais ou menos institucionalizados para se manifestar.</p> | <p>A sociedade conservadora hostiliza as OSCs que lutam por direitos vistos como contrários aos seus valores. OSCs conservadoras recebem apoio financeiro e voluntário.</p> | <p>Atuação em rede faz com que as OSCs se aproximem da sociedade, gerando mais apoio e controle social.</p> |
| <p>SUSTENTABILIDADE DAS OSCs</p> | <p>OSCs que se adequam à burocracia estatal sobrevivem com financiamento público. Outras submetem-se a agendas privadas, como prestadoras de serviços. Baixo nível de voluntariado e de doações individuais. Financiadores focam temas de visibilidade internacional e na perspectiva do marketing social.</p> | <p>As OSCs enfrentam crise de financiamento, com restrições na cooperação governamental e internacional. O financiamento individual e as estratégias de autofinanciamento é o que tem permitido o funcionamento das organizações, ainda que de forma precária.</p> | <p>Há recursos públicos para as OSCs que prestam serviços alinhados aos valores conservadores. Há doações isoladas de empresários progressistas para OSCs que lutam por direitos. OSCs criam práticas alternativas para sobreviver.</p> | <p>Marco regulatório facilita novas formas de cooperação entre Estado e OSC. Há captação de recursos colaborativos entre OSC e sociedade. Surgem novas formas de organização que favorecem maior autonomia econômica e política.</p> |
| <p>MÍDIA E COMUNICAÇÃO</p> | <p>Comunicação mercantilizada, inacessível e excludente. Mídias alternativas enfraquecidas e neutralizadas. A grande mídia, dependente do Estado, é pilar importante na manutenção do status quo. Direitos humanos usados como estratégia de marketing político.</p> | <p>Os meios de comunicação estão monopolizados e são mantidos basicamente por recursos públicos. A mídia livre e comunitária atua fazendo resistência mas ainda tem pouca influência no grande público.</p> | <p>Concentração das pautas conservadoras na mídia tradicional. Mídias alternativas se fortalecem, levando a um aumento dos mecanismos de monitoramento da sociedade.</p> | <p>O surgimento de novos veículos contribui para a descentralização do poder midiático e divulgação de novas narrativas, especialmente via TICs. Há uma crescente perda de credibilidade dos grandes meios de comunicação, fortalecendo mídias alternativas.</p> |



O Mestre Mandou

No mundo “O Mestre Mandou”, as organizações da sociedade civil estão sendo fortemente impactadas pela **lógica de mercado**, cujo foco é gerar resultados econômicos. A administração pública é altamente burocratizada e privilegia o controle dos aspectos financeiros e contratuais, utilizando-se do discurso de **combate à corrupção**, em detrimento dos resultados sociais das OSCs.

O **Estado tecnocrático** incorpora as pautas de lutas sociais desde que estas se adequem ao mercado, afastando aquelas que impedem o desenvolvimento do país. Há uma sofisticada aliança entre os setores financeiros e o agronegócio, favorecida pela facilidade de crédito para o cultivo de commodities. Os jovens do campo desistem das dificuldades da agricultura familiar e partem em busca de uma “vida melhor”. O governo procura garantir a sustentação do modelo de desenvolvimento baseado no crescimento econômico e preserva as políticas de redistribuição de renda necessárias para manter a população satisfeita e assegurar um mercado consumidor interno forte.

As organizações que se opõem a esse modelo são vistas como antipatriotas. Existe uma forte investigação das organizações em nome de pretensão combate à corrupção. Aquelas que obtêm contratos dos governos e das empresas por meio dos editais sobrevivem como **prestadoras de serviço**, com pouca capacidade de transformação social. As mais combativas e que lutam por direitos não conseguem se sustentar, e muitas fecham. Algumas grandes organizações mais estruturadas do campo de direitos se mantêm com recursos da cooperação internacional, mas com redução na sua capacidade de atuação. Há uma multiplicação de institutos vinculados a empresas privadas, financiando projetos próprios. Os financiadores se aliam para focalizar grandes temas de impacto e visibilidade internacional.

Como o cenário aconteceu

Antes, durante e depois da Copa do Mundo de Futebol de 2014 estouram diversos protestos nas principais capitais do país. A Polícia Militar atua com severidade e realiza várias prisões, especialmente de manifestantes que tentam destruir propriedades públicas e privadas. O Governo Federal e alguns governos estaduais lançam uma série

“Há um processo de seleção das que se adaptam melhor ao ambiente burocrático e não necessariamente das que realizariam o melhor trabalho.”

“Quem vem questionar algumas coisas é como se estivesse vindo na contramão, na hora em que o país está crescendo.”

de editais para que organizações da sociedade civil criem projetos de benefício público, utilizando-se parcialmente de algumas estruturas criadas para os jogos da Copa. Muitos projetos enviados são cortados na fase inicial de análise, com a justificativa de que as organizações não possuem capacidade instalada para realizar a prestação de contas.

Em 2018 ingressam no Congresso Nacional muitos representantes de orientação conservadora. Porém, eles têm que compor alianças com outros parlamentares, e o governo consegue aprovar leis que favorecem o desenvolvimento econômico. Ao mesmo tempo em que o casamento homoafetivo é sancionado com poucas emendas, as demarcações de terras indígenas continuam travadas, por exemplo. Os direitos que geram algum benefício econômico avançam, enquanto recuam os que são vistos como empecilhos ao desenvolvimento.

Os programas de transferência de renda se consolidam e fazem parte da plataforma política de todos os governos e partidos. A relação entre população atendida e votos é indiscutível. Há diferenças sutis entre as propostas dos diversos partidos, mas elas passam despercebidas à maioria da população. Alguns partidos propõem a continuidade dos programas, articulando-os com outras políticas públicas e apresentando as fontes de financiamento existentes. Outros partidos prometem a ampliação do número de beneficiados pelos programas e o aumento dos valores distribuídos, porém, sem apresentar a fonte dos recursos e nem explicitar os ganhos com outras políticas transversais.

"A gente pensa muito em modelo de desenvolvimento pautado pelo consumo e não pela cidadania."



Bolsa Família

“Atualmente, o Bolsa Família atende a 13,8 milhões de famílias – quase 50 milhões de pessoas. O valor médio do benefício é de R\$ 152. Em 2011, o governo incorporou o Bolsa Família a uma política mais ampla e consistente: o Plano Brasil Sem Miséria, que assumiu o compromisso de que nenhum brasileiro teria renda abaixo de R\$ 70 por mês. O benefício médio pulou então de R\$ 107 para R\$ 216. O governo reajustou benefícios para resgatar os 22 milhões de brasileiros que, mesmo recebendo o Bolsa Família, continuariam na extrema pobreza se o governo não complementasse a renda. A maior parte dessas famílias vive no Nordeste, 62,3%. Mas 16% estão no Sudeste e 13,9% no Norte.”

Fonte: Bolsa Família bolsafamilia10anos.mds.gov.br/node/124

Apesar de o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil ter sido aprovado em 2014 e comemorado por diversas OSCs como um passo positivo em direção à melhoria da relação entre essas organizações e o governo, em 2017, por pressão de parlamentares que tentam instaurar mais uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das ONGs, a Controladoria Geral da União (CGU) e o Tribunal de Contas da União (TCU) passam a ser mais minuciosos em suas análises e exigências, criando mais controle de meios do que de resultados. Muitas OSCs que estavam conseguindo atuar com foco nas questões sociais e ambientais, dedicam grande parte de seu tempo e energia para prestar contas e se defender de acusações da CGU e do TCU. Os participantes mais jovens se desiludem com essa situação e acabam abandonando as organizações. Alguns tentam manter algum tipo de trabalho social ou ambiental por meio de empresas individuais, negócios sociais ou coletivos informais conectados via redes sociais – muito utilizadas para planejar protestos e manifestações. Outros simplesmente desistem de atuar em causas coletivas. A “velha-guarda” das organizações da sociedade civil ainda



tenta manter a cabeça fora d'água. Porém, segundo informações do próprio governo, o índice de fechamento de OSCs por irregularidades formais constatadas no âmbito do TCU em 2020 sobe para 50%.

Um novo Marco Regulatório

Em 2010, um grupo de organizações, movimentos e redes se articulou em uma Plataforma para um novo Marco Regulatório para as Organizações da Sociedade Civil e apontou a necessidade de aprimoramentos nas leis referentes às parcerias com o governo. Isso fez com que o governo federal criasse, em 2011, um Grupo de Trabalho Interministerial para, em conjunto com a sociedade civil, elaborar propostas e análises sobre o tema.

A necessidade de um novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil se dá em um contexto de "criminalização burocrática" das organizações da sociedade civil que realizam parcerias com o Poder Público em um cenário de insegurança jurídica e institucional. Um dos aspectos que torna essas relações inseguras é o controle excessivo dos meios em detrimento do controle de resultados, ou seja, são tantos os procedimentos burocráticos exigidos em uma parceria, que a análise do impacto do trabalho das organizações da sociedade civil nas políticas públicas fica prejudicado e deixa de garantir maior transparência e eficiência no gasto do dinheiro público.

Atualmente, o Marco Regulatório é parte da agenda estratégica do governo federal e orienta-se por três eixos: contratualização, sustentabilidade econômica e certificação. Estes temas são trabalhados tanto na dimensão normativa – projetos de lei, decretos, portarias – quanto na dimensão do conhecimento – estudos e pesquisas, seminários, publicações, cursos de capacitação e disseminação de informações sobre o universo das organizações da sociedade civil.

Fonte: Secretaria-Geral da Presidência da República. Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. Brasília, 2013.

Disponível em secretariageral.gov.br/mrosc/cartilhas-e-manuais/cartilha-mrosc

"A preocupação hoje com a aplicação do recurso público no Brasil é maior, e isso é bom. A parte ruim é que o processo de criminalização vem de um ciclo normativo que criou um aparato extremamente desproporcional para fazer parceria."



As organizações sobreviventes se mantêm como prestadoras de serviço do governo ou

da iniciativa privada. Uma grande empresa abre um edital para que OSCs a ajudem a organizar comunidades tradicionais ao redor de suas fábricas, a substituir a agricultura de autossustento pela produção de matérias-primas necessárias à fabricação de seus produtos. Algumas organizações mais tradicionais protestam, porém, o edital bate recorde de inscritos.

"O que me preocupa é o Estado controlador. Hoje temos cada vez mais controle de etapas e menos controle de finalísticas, menos controle de eficiência."

Cartilha de mobilização Cáritas Brasileira

A Cáritas Brasileira, em sua cartilha de mobilização "Marco Regulatório – Das relações entre Estado e Sociedade Civil" apresenta exemplos nos quais a ausência de clareza legislativa e administrativa nas parcerias entre Estado e OSCs leva a situações no mínimo constrangedoras e certamente prejudiciais para as organizações e para o público beneficiado com sua atuação. Um dos exemplos citados diz respeito à Pastoral da Criança: "O balanço final de 2011 foi histórico para a Pastoral da Criança. A instituição, presente em 19 países, conhecida mundialmente pelos resultados referentes à redução da mortalidade infantil no Brasil, registrou déficit de R\$ 1,4 milhão. A principal razão do prejuízo foi a demora dos repasses de convênios pelo Governo Federal. 'A opção por burocratizar de maneira excessiva a relação entre Governo e ONGs é ineficiente', disse o coordenador nacional Nelson Arns Neumann. Segundo ele, o problema começou em 2007, quando o Governo passou a exigir a aprovação da primeira parcela repassada antes de fazer o segundo pagamento. 'Pela amplitude de nossa atuação, em um único mês apresentamos perto de 16 mil notas fiscais. Dessas, 80% têm valor abaixo de R\$ 100, com gastos urgentes. A intenção é a melhor, mas os efeitos práticos não deram resultado. Não resolveu o problema da corrupção e prejudicou as entidades que trabalham', disse.

Fonte: Cáritas Brasileira. Marco Regulatório - Das relações entre Estado e Sociedade Civil – Contra a Criminalização e pelo Reconhecimento das Organizações da Sociedade Civil. Brasília, 2012.

Disponível em: <http://caritas.org.br/wp-content/uploads/2011/03/Marco-Critas-WEB.pdf>



O governo lança uma cartilha para ensinar as organizações da sociedade civil a atender aos mecanismos de controle previstos na legislação e à disponibilização de dados. As

organizações gastam 50% de seu tempo cumprindo normas burocráticas do governo e, portanto, são obrigadas a utilizar recursos que seriam investidos em sua finalidade social ou ambiental para a execução de serviços de contabilidade, advocacia e demais tarefas administrativas. No final de 2020, o governo anuncia que vai interromper as parcerias com as organizações que não cumpriram suas metas de atendimento à população. Um grupo de OSCs cria um vídeo na internet chamado “Se Correr o Bicho Pega, se Ficar o Bicho Come”, mostrando que não conseguem atender às metas exatamente porque o governo exige que seu tempo seja gasto com relatórios. Apesar de se espalhar pela internet, o vídeo perde força após uma semana, devido à forte presença que o governo mantém na internet.

Entre 2018 e 2023, a produção de petróleo no pré-sal bate recordes, mas fica muito abaixo da previsão de 1,4 milhão de barris por dia. Isso faz com que os *royalties* sejam menores e os recursos demorem mais para entrar nos cofres do governo. Algumas organizações da sociedade civil tentam convocar manifestações e greves a favor dos professores, porém estão tão asfixiadas que não possuem os recursos necessários para a articulação. Empresas se aliam ao governo em uma parceria público-privada chamada “Investir na Criança é Investir no Brasil”, e passam a pagar o estudo dos melhores alunos, já visando tê-los como funcionários ao se formarem e fortalecendo, assim, a reserva de mercado. Nesse contexto, a educação inclusiva retrocede, pois qualquer criança ou adolescente que não gere premiações é considerado um atraso. Tal postura reforça a segregação e a criação de ambientes escolares especiais, em vez de ambientes escolares que não discriminam.

Em 2019 é formada uma aliança entre o governo, o agronegócio e algumas organizações da sociedade civil que dizem lutar pelos interesses dos povos indígenas. Essas organizações, que não são reconhecidas pelos conselhos de caciques de vários povos, aceitam reduzir o



território a ser demarcado em troca de recursos financeiros para o desenvolvimento de atividades produtivas que garantam renda para algumas comunidades no longo prazo.

"A minha maior preocupação é como o poder econômico é violento e impositivo, quando se organiza em Estados nacionais em processo de consolidação democrática."

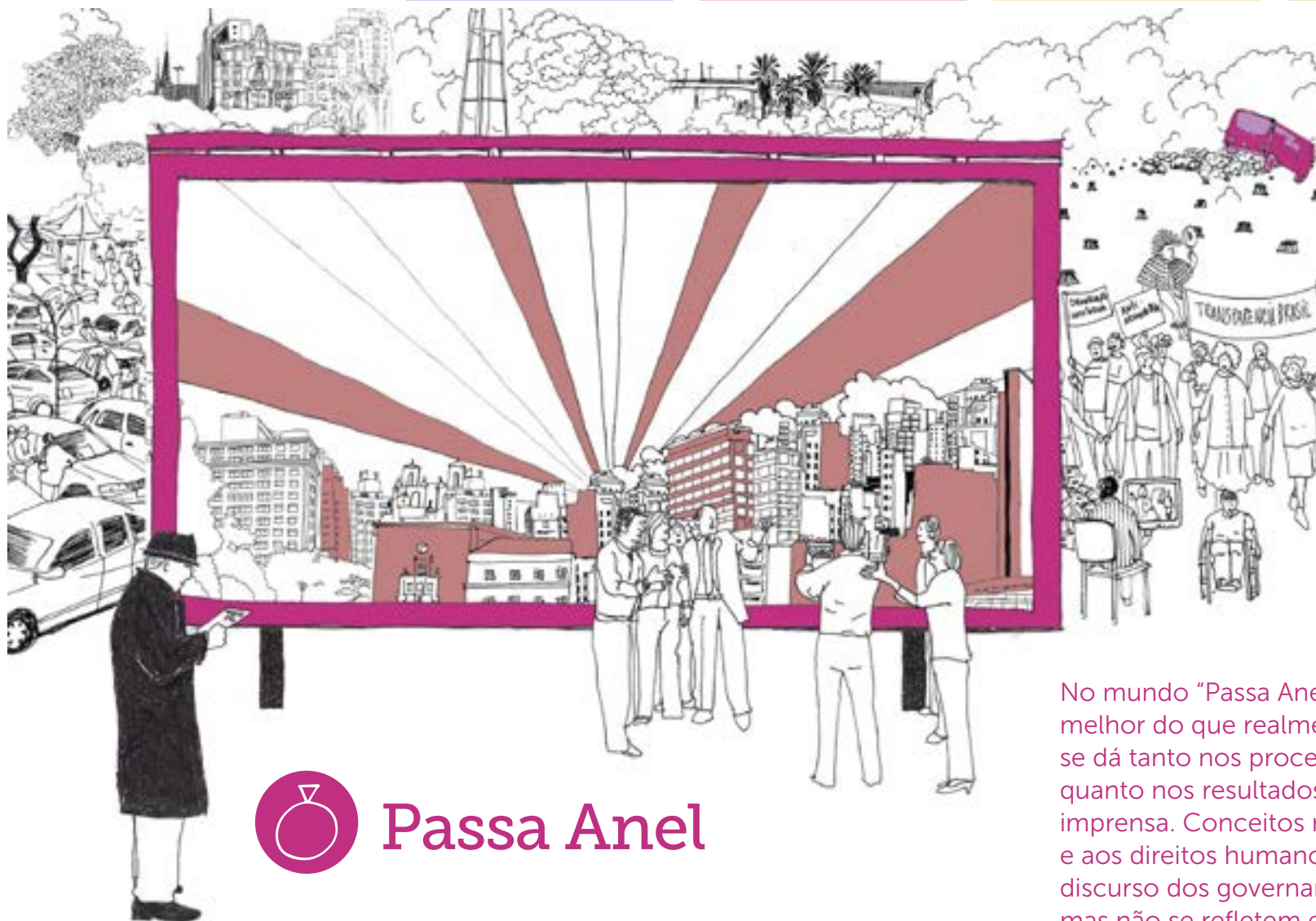
Transgênicos

"Na última safra (2011), o Brasil passou a ocupar o segundo lugar na lista dos maiores produtores mundiais de alimentos geneticamente modificados. Foram 30 milhões de hectares de plantações transgênicas. Só os Estados Unidos têm uma plantação maior: 69 milhões de hectares. (...) Segundo o presidente da CTNBio, as regras de liberação desses organismos no País estão entre as mais rigorosas do mundo. (...)

Um dos produtos transgênicos mais cultivados no Brasil é a soja. Segundo a economista do Departamento de Economia Rural da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná, 89% da soja produzida no País é geneticamente modificada."

Fonte: Camara dos Deputados www2.camara.gov.br/camaranoticias/noticias/AGROPECUARIA/428224-BRASIL-E-VICE-LIDER-EM-PRODUCAO-DE-TRANSGENICOS.html

Em 2023 foram contabilizadas mais de 1.000 micromanifestações no Brasil. Essas micromanifestações, geralmente convocadas pelas redes sociais por lideranças que continuam ativas nas lutas por direitos, são rápidas, mas chamam a atenção. Algumas são violentas, enquanto outras, mais artísticas. Dentre as mais violentas, destaca-se o ataque simultâneo a 27 agências de um mesmo banco em diferentes cidades, utilizando coquetel molotov. Entre as mais artísticas, a que ficou mais famosa foi uma chuva de sementes transgênicas (programadas para não se reproduzir) despejadas no centro de São Paulo por um helicóptero, com bilhetes que diziam: "sou programada para morrer – não gero vida".



Passa Anel

No mundo “Passa Anel”, o Brasil **aparenta** ser melhor do que realmente é. A dissimulação se dá tanto nos processos ditos participativos, quanto nos resultados divulgados pela imprensa. Conceitos relacionados à inclusão e aos direitos humanos estão na mídia e no discurso dos governantes e parlamentares, mas não se refletem em suas ações.

A **pasteurização do discurso** dificulta a denúncia de violações e a identificação de diferenças políticas. Existem conselhos participativos em todas as regiões e todos os setores, porém sua real incidência em políticas públicas é baixa. Há avanços na esfera legislativa, mas que ainda não se traduzem em melhorias efetivas para a população, e existem grandes **déficits na implementação de políticas públicas**.

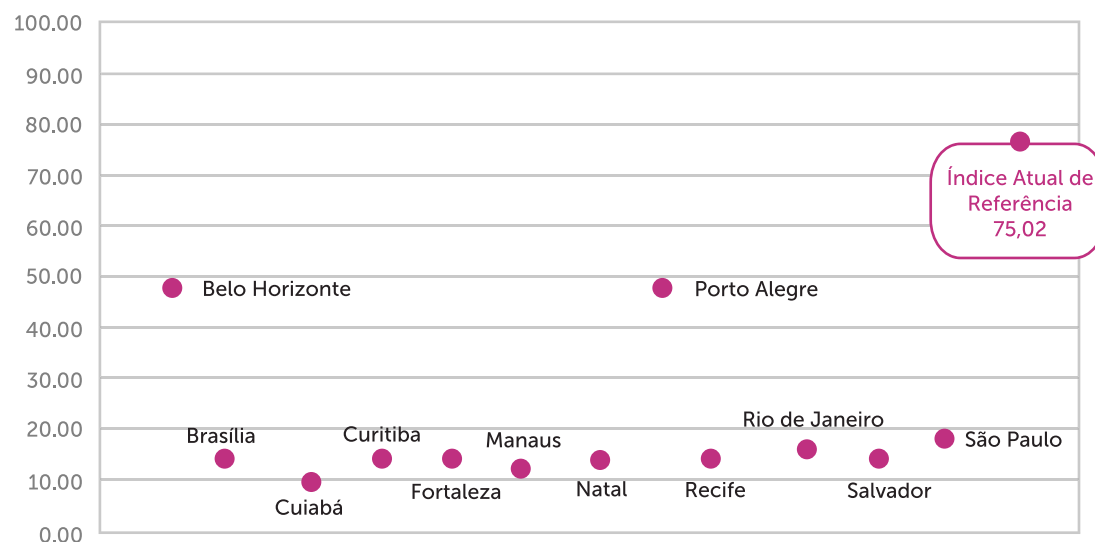
A população, apesar de estar conectada pelas novas tecnologias de informação e comunicação, ainda obtém a maior parte de suas informações por meio das **grandes empresas de comunicação**. Ela tem dificuldade de compreender o que fazem e o que propõem as organizações da sociedade civil. Há um crescimento no número de organizações que buscam solucionar problemas sociais por meio de mecanismos de mercado, com o discurso do **empreendedorismo** social e da expansão de mercados inclusivos, em detrimento do fortalecimento do campo de defesa de direitos.

Como o cenário aconteceu

Entre 2014 e 2016 a sociedade civil brasileira, conectada com os movimentos internacionais, mantém uma agenda de protestos, especialmente durante os grandes eventos esportivos, demandando principalmente melhorias nos serviços públicos. Ao final da Copa de 2014, o governo lança uma campanha publicitária parabenizando os brasileiros pela melhor Copa dos últimos tempos. Nas redes sociais, vários grupos publicam dados contestando a versão oficial. O Congresso Nacional recebe uma comissão de representantes dos movimentos que estão indo às ruas e promete levar em consideração suas demandas, especialmente de melhoria do transporte e da saúde pública.

Transparência na Copa

O gráfico abaixo mostra o índice de transparência das cidades-sede da Copa do Mundo de 2014. Enquanto Belo Horizonte e Porto Alegre receberam o índice "médio", todas as outras cidades tiveram o índice "muito baixo".



Fonte: www.jogoslimpos.org.br

"Vai ter mais dinheiro público malgasto, desviado, porque tem menos transparência e menos fiscalização. É dinheiro que vai deixar de atender pessoas, hospitais, projetos e problemas, o que atinge a sociedade de uma maneira que é difícil de ser vista."

O Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil é aprovado em 2015. Porém, os partidos de oposição, junto com a mídia dominante, transmitem à população que essa nova legislação visa facilitar a transferência de recursos para as organizações da sociedade civil que apoiam o governo. Dessa maneira, apesar de o ambiente legislativo

para o desenvolvimento de parcerias ter melhorado, a relação entre OSCs e governo continua se dando em um cenário de insegurança e sendo vista com desconfiança. As descontinuidades nos projetos aumentam. O Ministério Público da União, convocado, se exime de entrar no debate público com mais força.

As Paraolimpíadas de 2016 são importantes para a sensibilização da população brasileira no que diz respeito à inclusão de pessoas com deficiência não só na área da educação, mas também do trabalho e da cultura. Entretanto, contrariando a legislação, ainda persiste a segregação desses grupos em espaços públicos, nas escolas e no mercado de trabalho. O governo lança campanhas para incentivar as empresas a contratarem mais pessoas com deficiência, porém, na prática, apenas 25% delas cumprem as cotas exigidas por lei e não há punição para aquelas que as descumprem. Em 2017 é nomeada a primeira pessoa com deficiência para assumir o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

"Até agora a sociedade civil tem servido em boa parte para passar um verniz de democracia nos governos de plantão. A sociedade civil só é consultada quando é necessário dizer: 'Ah, o governo ouviu a sociedade civil!'"

"Nossa imprensa não é livre quando você tem grandes famílias que controlam todo o sistema e bloqueios à entrada de novas mídias. Sociedade não informada não participa. Ela se revolta, mas não se organiza."

Adequação das empresas à Lei 8.213 (Lei de Cotas)

“A lei 8.213 prevê que toda empresa com 100 ou mais funcionários deve destinar de 2% a 5% (dependendo do total de empregados) dos postos de trabalho a pessoas com alguma deficiência. De acordo com a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, se todas as empresas do país cumprissem a Lei de Cotas, mais de 900 mil pessoas com deficiência estariam empregadas.”

Fonte: Portal Brasil www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2012/07/lei-que-regula-a-contratacao-de-pessoas-com-deficiencia-completa-21-anos

“Levantamento da ONG Espaço Cidadania, feito com base em dados do Ministério do Trabalho de 2009, mostra que, no Brasil, a média de cumprimento da lei é baixa: 21,4%. Ou seja, em dez vagas que o país deveria destinar a pessoas com deficiência, apenas duas são preenchidas.”

Fonte: Jornal Folha de S.Paulo www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me1202201119.htm

Apesar de estar aparentemente aberto ao diálogo em diversas frentes, o governo intensifica sua ação de fiscalização das rádios comunitárias sem outorga, argumentando que esse tipo de rádio pode causar interferências e prejudicar o trabalho de ambulâncias e viaturas policiais. Para escapar da clandestinidade, muitas rádios se restringem à programação via internet, que, apesar de legalmente permitida, não tem o mesmo nível de audiência, sobretudo nas áreas mais remotas ou pobres do país.

“Uma democracia de mentira é melhor que uma ditadura de verdade.”



Rádios comunitárias

“Segundo dados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), em 2010, foram interrompidas 940 rádios sem outorga, uma média de mais de 2,5 emissoras fechadas por dia. No ano seguinte, foram mais 698 fechamentos ou quase duas rádios por dia na mira da Polícia Federal e da Anatel. Um caso emblemático é o da Rádio Alternativa FM, localizada na cidade satélite de Planaltina, no Distrito Federal, cujos números impressionam: em seus 14 anos de funcionamento, foram 12 fechamentos com apreensão completa dos equipamentos e oito inquéritos policiais; seu diretor, o radialista Julimar Gonçalves de Carvalho, foi processado na Justiça Federal seis vezes e condenado cinco. Mesmo as outorgadas continuam sob ataque do Estado: de acordo com um recente balanço de 2012, o Ministério das Comunicações aplicou 741 sanções a emissoras de rádio e TV: dessas, a maioria (377 ou 50,8% do total de casos) teve como alvo as rádios comunitárias.”

Fonte: Article 19 artigo19.org/wp-content/.../03/CIDH-RadCom-Documeto-final-3.pdf

“As organizações internacionais podem fazer reverberar vozes internas e a pressão internacional pode valer mais do que uma pressão doméstica.”

Em 2018, o governo expande ainda mais sua verba de comunicação e publicidade e é o maior cliente das grandes emissoras de rádio e televisão do país, concentrando seus investimentos em apenas alguns grupos de comunicação alinhados às suas mensagens. A novela mais assistida nesse ano conta a história de um ativista das manifestações de junho de 2013 que, após passar por dificuldades, torna-se um dos maiores empresários do país ao criar rede de negócios com impacto social.

Ganham força os movimentos de responsabilidade social empresarial e as iniciativas empresariais voltadas à sustentabilidade. Suas práticas de investimento social concentram-se de maneira crescente no apoio a negócios com impacto social, reforçando a possibilidade de conjugação de mecanismos de mercado com o atendimento a demandas

Gastos publicitários do governo

Segundo um artigo do jornalista Fernando Gallo no jornal *O Estado de S. Paulo*, os gastos do Governo Federal com propaganda nos anos de 2011 e 2012 foram 23% maiores do que a média dos oito anos anteriores. Os dados sobre os gastos com publicidade foram solicitados, via Lei de Acesso à Informação, a cada um dos órgãos que a Secretaria de Comunicação Social (Secom) informou ter assinado algum contrato publicitário desde 2003. Entre 2003 e 2013 foram gastos cerca de R\$ 16 bilhões em valores corrigidos pela inflação. É importante notar que aproximadamente 70% desses gastos referem-se a publicidade de empresas públicas e autarquias como Banco do Brasil, Caixa Econômica, Petrobrás e Correios, entre outras.

Fonte: Jornal Estado de S.Paulo www.estadao.com.br/noticias/nacional,dilma-supera-lula-nas-despesas-com-propaganda-juntos-gastaram-r-16-bi,1063026,0.htm

sociais, em particular serviços para a “base da pirâmide”. Esse processo reforça a perspectiva de desenvolvimento social pela inclusão no mercado e fragiliza movimentos que atuam pelo fortalecimento de uma perspectiva de direitos. Há uma ampliação do acesso a bens de consumo, mas os níveis de desigualdade e de acesso à educação de qualidade se mantêm estáveis. Ao mesmo tempo em que são criadas novas tecnologias de atendimento a certas necessidades sociais, organizações que promovem agendas voltadas a transformações institucionais, como reforma política e fiscal ou iniciativas de controle social, perdem força.

A economia cresce lentamente, apoiada pelo consumo interno aliado à redução de impostos e expansão do crédito. O governo brasileiro intensifica seu relacionamento com países da África e da América do Sul, buscando alternativas às relações comerciais em declínio com a Europa e os Estados Unidos. Aproveitando-se desses cenários, as empresas brasileiras aumentam seus investimentos e sua presença no continente africano. As organizações da sociedade civil do Brasil intensificam a cooperação Sul-Sul com apoio do governo e de algumas empresas privadas, mesmo sem ter a legislação alterada para permitir o



envio de recursos para fora do país, chamando a atenção do mundo para questões de sustentabilidade e violações de direitos no que diz respeito ao comércio internacional. Em uma investigação conjunta das polícias federais do Brasil e de um país do oeste africano, é desmascarado um esquema de corrupção e trabalho escravo envolvendo empresas brasileiras e membros do governo daquele país.

"O conceito de negócio social vai abrir uma oportunidade de reposicionamento corporativo das ONGs e oportunidades de um relacionamento diferente entre empresa, governo e sociedade."

Cooperação Sul-Sul

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, "a Cooperação Sul-Sul é um mecanismo de desenvolvimento conjunto entre países emergentes em resposta a desafios comuns. No caso do Brasil, a cooperação com outros países do Sul se dá pelo "mapeamento e transferência do conhecimento brasileiro em um conjunto de áreas temáticas que incluem segurança alimentar, agricultura, saúde, educação, redução da pobreza, entre outras, além do fortalecimento de capacidades e da inclusão de novos parceiros nos arranjos de cooperação triangular." Um exemplo de organização da sociedade civil brasileira que trabalha com a Cooperação Sul-Sul é a Conectas Direitos Humanos, que identificou a necessidade urgente de consolidar as infraestruturas das organizações do Sul, de substituir a fragmentação competitiva pela cooperação e de fomentar o engajamento construtivo com os sistemas regionais e internacional. Segundo membros da organização, "a decisão tomada pelos fundadores de promover a cooperação Sul-Sul nos seus programas foi uma opção política que deu forma a todas as ações futuras. (...) Estávamos cientes de que existem muitos 'Suls' e diversos caminhos para a democracia. (...) Isso significava trabalhar juntos para explorar nossas potencialidades mútuas, conhecer os vizinhos e parceiros distantes, trocar conhecimentos e experiências e construir novas alianças 'horizontais'."

Fonte: Site do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento(PNUD)Disponível em :

www.pnud.org.br/cooperacaoSulSul.aspx

Site do Sur – Rede Universitária de Direitos Humanos. Disponível em:

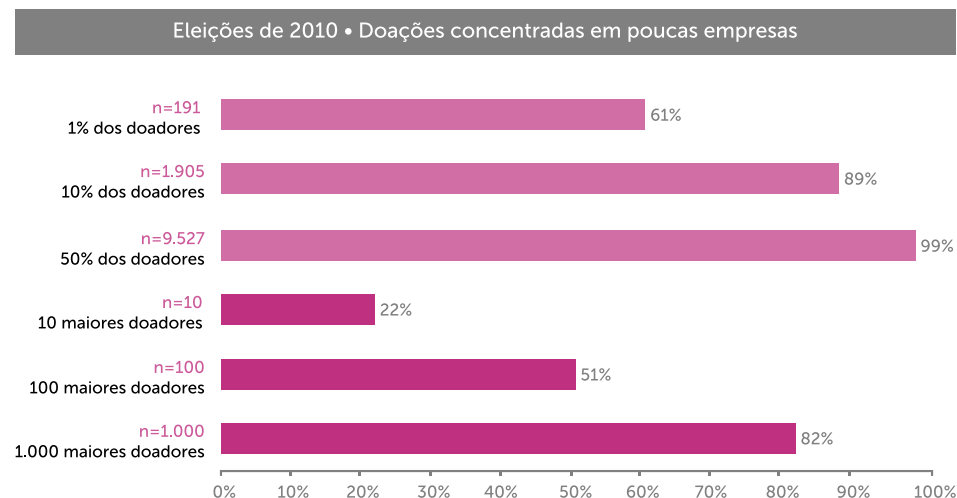
www.surjournal.org/conteudos/getArtigo15.php?artigo=15,artigo_09.htm

Apesar de conseguir aprovar a reforma política antes das eleições de 2018, esta fica aquém das expectativas das organizações da sociedade civil e são convocadas manifestações nas principais capitais do país. Essas manifestações não contam com o apoio da população, que entende ser apenas uma manobra dos partidos de oposição

Financiamento privado de campanhas

Segundo publicação do Instituto Ethos intitulada *Responsabilidade das empresas no processo eleitoral*: “No Brasil, a legislação define o limite para doações de pessoas físicas e jurídicas em termos de um percentual de sua renda bruta no ano anterior ao da eleição – 10% e 2%, respectivamente. Esta regra, por vincular o direito de fazer doações políticas ao poder econômico de cada cidadão ou empresa, não tem o efeito de consolidar certo grau de igualdade de influência sobre o processo eleitoral. Ao contrário, ela consolida a desigualdade socioeconômica, incorporando-a na norma jurídica. Aquele que tem renda ou faturamento menor poderá contribuir menos para as campanhas e, conseqüentemente, terá menor influência sobre o processo eleitoral.”

No gráfico ao lado, retirado da mesma publicação, observa-se que 10% das empresas que doam são responsáveis por 89% das doações, mostrando que há uma grande concentração das doações, principalmente por grandes grupos empresariais. Segundo o estudo, as 10 empresas que mais financiaram campanhas políticas gastaram aproximadamente R\$ 518 milhões. Das 10 maiores empresas, 6 são construtoras e juntas foram responsáveis por aproximadamente R\$ 335 milhões.



Fonte: Ethos www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2012/09/Responsabilidade_Social_das_Empresas_nas_Eleicoes_2012.pdf

para enfraquecer o candidato da situação. O financiamento continua sendo de empresas privadas, comprometendo a independência dos candidatos e partidos.

Ainda em 2018, apesar de conseguir levar um número recorde de pessoas às ruas na Parada do Orgulho Gay, as OSCs que lutam pelos direitos LGBT sofrem uma grande derrota quando o Congresso veta a lei anti-homofobia.

Em 2019, as demarcações de terras indígenas e quilombolas aumentam, porém crescem também os conflitos com agricultores e pecuaristas que se negam a sair das terras demarcadas – e, quando saem, invadem outras terras. Os povos indígenas reclamam da falta de fiscalização. O governo diz que está fazendo tudo ao seu alcance para frear as invasões, contudo, em um acordo realizado nos corredores do Congresso com a bancada ruralista, promete não retirar agricultores e pecuaristas de terras produtivas.

A população atingida por barragens faz um acordo e aceita a indenização do governo federal e dos governos estaduais. No mesmo ano, os governos envolvidos recebem um prêmio da ONU pela construção das hidrelétricas mais sustentáveis do mundo.

Entre 2020 e 2021, algumas organizações da sociedade civil criam a rede Transparência Brasil (RTB) e colocam todo o seu esforço na coleta e divulgação de informações reais sobre a situação dos serviços públicos no país. A rede é financiada principalmente por empresários progressistas brasileiros, em parceria com fundos e entidades internacionais que começam a perceber um descompasso entre as informações prestadas pelo governo e a realidade do país.



Os movimentos de rua, que estavam em declínio desde 2017, ganham força novamente e uma grande convocação é feita no início de 2022. As passeatas são maiores do que os famosos protestos de junho de 2013. A repressão policial violenta gera uma reação, também violenta, de alguns grupos de manifestantes. O país para por uma semana. Membros do governo vazam dados reais sobre os níveis de educação e saúde e são imediatamente exonerados.

Durante as eleições de 2022, há renovação de 50% do Congresso Nacional, com 20% de participação de jovens de alas progressistas e conservadoras. O Congresso está dividido entre ruralistas, igrejas, jovens e líderes de movimentos sociais. As eleições presidenciais são bastante concorridas e é preciso uma coligação ampla no segundo turno para garantir a vitória. O dia da posse é marcado por protestos com cartazes: “Estamos de olho em vocês”.

“A sociedade civil brasileira tem um potencial tremendo de contribuição a dar para o resto do mundo. Existe mais pressão lá fora do que aqui dentro para que o Brasil dê esse passo.”



Amarelinha

No mundo “Amarelinha” a sociedade brasileira faz uma opção neoconservadora. Isso fornece as bases necessárias ao surgimento de governantes, no nível federal e em muitos estados e municípios, que, ao proteger os valores da família e da propriedade, geram retrocessos na conquista de novos direitos e em direitos já conquistados.

As organizações da sociedade civil que lutam pelos direitos humanos em geral e, em particular, pelos direitos das mulheres, dos negros, das pessoas com deficiência, dos quilombolas, indígenas e LGBT, e também as que trabalham para a promoção da agroecologia, são crescentemente excluídas das parcerias com o Estado. Algumas sobrevivem com doações de fundos independentes, de indivíduos, de empresários progressistas e com o apoio da **cooperação internacional**, que retoma seu papel tradicional de respaldo a organizações de defesa de direitos quando percebe que os **direitos** conquistados ao longo de quatro décadas estão **ameaçados**.

Nesse cenário, as grandes emissoras de rádio e televisão são dominadas por grupos religiosos e dependentes da propaganda governamental. Além disso, a educação religiosa confessional é tida como prioritária nas escolas públicas.

As organizações da sociedade civil do campo de direitos, somadas a organizações ecumênicas e inter-religiosas mais progressistas, criam formas de associação e **estratégias de ação inovadoras**, com base em tecnologia da informação, modelos de organização em rede e tecnologias sociais como a criação de moedas alternativas. Isso revigora sua luta e atrai principalmente os jovens insatisfeitos com a orientação conservadora das políticas e leis que limitam sua liberdade e criminalizam algumas expressões culturais, principalmente as de matriz africana. As organizações com estruturas administrativas complexas e que requerem financiamento contínuo encontram muita dificuldade para sobreviver.

Como o cenário aconteceu

A partir de 2014, constatando que representam mais de 20% da população brasileira, líderes evangélicos iniciam um movimento pela transformação moral do Brasil. Para tanto, estabelecem como meta passar de 10 mil vereadores e deputados estaduais, em 2013, para 15 mil, até 2017. Alegando a necessidade de resistência ao avanço de grupos evangélicos, grupos fundamentalistas católicos ganham força. Igrejas protestantes históricas distanciam-se cada vez mais de pautas sociais e de espaços ecumênicos e inter-religiosos como forma de estagnar o declínio de sua membresia. Nesse período, reforçam coligações com associações conservadoras para a campanha presidencial de 2018.

“Não dá para desconsiderar o fundamentalismo religioso que está criando uma pauta conservadora na nossa sociedade. Essa pauta está sendo organizada a partir de um ponto de vista não político, mas religioso.”

Religiões do Brasil

“Os resultados do Censo Demográfico 2010 mostram o crescimento da diversidade dos grupos religiosos no Brasil. A proporção de católicos seguiu a tendência de redução observada nas duas décadas anteriores, embora tenha permanecido majoritária. Em paralelo, consolidou-se o crescimento da população evangélica, que passou de 15,4% em 2000 para 22,2% em 2010. Dos que se declararam evangélicos, 60,0% eram de origem pentecostal, 18,5%, evangélicos de missão e 21,8%, evangélicos não determinados. A pesquisa indica também o aumento do total de espíritas, dos que se declararam sem religião, ainda que em ritmo inferior ao da década anterior, e do conjunto pertencente às outras religiosidades.”

Fonte: CENSO 2010 <http://cod.ibge.gov.br/1HILB>



A agenda política dos grupos conservadores interessa a grandes conglomerados financeiros, que decidem apoiar suas campanhas e sua expansão na mídia. Em 2016, um grande banco privado anuncia a criação de uma cesta de serviços bancários especiais para atender o segmento de cristãos praticantes.

Em 2017, já existem mais de 100 organizações nos moldes da Mídia Ninja, que ganhou destaque nas manifestações de junho de 2013. O governo, com o apoio de empresas de telecomunicação, cria uma força-tarefa para combater algumas dessas organizações, alegando que são compostas por hackers, que roubam dados do governo e dos cidadãos, e que, portanto, devem ser coibidas. Isso gera uma manifestação internacional de apoio à mídia livre no Brasil. Grupos de ciberativistas no mundo inteiro se prontificam a ajudar o movimento brasileiro contra tentativas de intervenção do governo e da mídia tradicional.

Com o lema “Pela Tradição, Contra a Corrupção”, setores conservadores do governo e do Congresso lançam uma campanha que destina milhões de reais à pesquisa e teste de softwares capazes de identificar atividades suspeitas nas redes sociais e monitorar sites que fomentem atividades que se oponham às ideias fundadoras do bom desenvolvimento da nação. A rede social Jesusbook é a segunda mais utilizada no Brasil, perdendo apenas para uma grande rede americana.

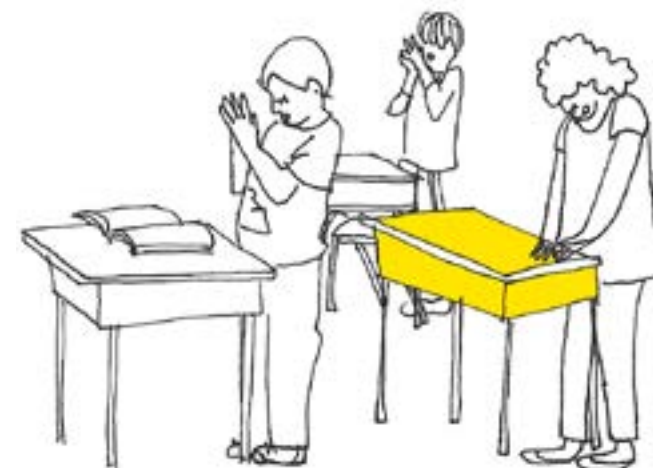
O Governo Federal amplia o repasse de recursos para organizações religiosas que trabalham com a recuperação de dependentes químicos. Políticas públicas de prevenção ao HIV/Aids e políticas que procuram ampliar os direitos sexuais e reprodutivos de mulheres são cada vez mais negligenciadas pelo Estado por pressão de grupos religiosos conservadores.

Em 2018 é lançado um edital público para que organizações da sociedade civil prestem serviços oferecendo educação infantil por meio de creches e pré-escolas em bairros não atendidos pelo governo. No processo de decisão sobre o edital, são priorizadas OSCs com práticas educativas condizentes com a Bíblia.

Ensino religioso

“Levantamento sobre a forma de oferta do ensino religioso, produzido pela Ação Educativa em 2009, aponta que em cinco estados há previsão legal de adoção de ensino religioso explicitamente confessional; em nove estados, classificados em sua maioria como interconfessionais, a confessionalidade do ensino se expressa no acordo entre um conjunto definido de denominações religiosas, normalmente restritas ao campo cristão. Já nos demais, prevalece o ensino religioso pluriconfessional, em que prevalece a noção de denominador comum entre os valores das diferentes religiões e crenças, ou ainda o ensino de história, antropologia, filosofia das religiões.”

Fonte: Ação Educativa <http://www.acaoeducativa.org.br/index.php/educacao/51-acao-na-justica/10004325-stf-deve-%20analisar-constitucionalidade-do-ensino-religioso-no-brasil>



Muitas organizações do campo de direitos da sociedade civil, na tentativa de sobreviver à crise de sustentabilidade econômica pela qual passam, focam a atenção em suas agendas específicas. Isso diminui consideravelmente a colaboração entre elas, gerando maior fragmentação entre as causas. A agenda da desigualdade social ficou desvinculada da agenda de combate ao racismo. Seguindo uma tendência dos anos 2000, a maioria das organizações de movimento negro, que existe com o enfoque na atuação comunitária e em termos de incidência política, fecha as portas, seja por falta de recursos, de adesão ou de apoio político.

"O que aconteceu [nas manifestações de junho de 2013] nos coloca em xeque. Você via as notícias e não conseguia enxergar as instituições ali representadas. Eram outras pessoas, que a gente não sabia quem eram."

"O risco das ONGs não conseguirem abarcar os anseios da sociedade no futuro é muito grande."

Financiamento de ONGs

Fundos patrimoniais independentes podem ser opção para o financiamento de ONGs no médio e longo prazos. Exemplos:

- Fundo Baobá para Equidade Racial: criado em 2008 como estratégia de saída do Brasil da Fundação Kellog. O fundo se destina ao fortalecimento de OSCs afro-brasileiras e seu patrimônio inicial é de 25 milhões de dólares, que devem ser utilizados para estimular a doação de indivíduos, governos e empresas. (www.baoba.org.br)
- Fundo ELAS: tem a missão de promover e fortalecer o protagonismo das mulheres, mobilizando e investindo recursos em suas iniciativas. (www.fundosocialelas.org)
- Fundo Brasil de Direitos Humanos: instituído em 2005 como alternativa de financiamento para fortalecer o trabalho de indivíduos e organizações não governamentais na promoção e proteção de direitos. (www.fundodireitoshumanos.org.br/)

Entre 2018 e 2022 aumentam as áreas de cultivo de soja e de pasto no Brasil, com consequente aumento do PIB e de arrecadações para o governo utilizar, entre outras

coisas, na manutenção estratégica de alguns programas de redistribuição de renda. Fortalecem-se os discursos de defesa da propriedade privada como argumento para a desapropriação de terras indígenas e quilombolas e para a reforma agrária. Aumentam ainda as frentes missionárias entre as populações indígena e quilombola com o objetivo de convertê-las ao cristianismo e diminuir as reivindicações por terra.

Aumento de área plantada com soja no Brasil

Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a área plantada de soja aumentou entre 2001 e 2013 de 16,3 milhões para 28,7 milhões de hectares.

Com a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que transfere a demarcação de terras indígenas e quilombolas para o Poder Legislativo em 2019, abrem-se oportunidades para transferir parte dessas terras aos agricultores. Governantes prometem garantir áreas protegidas suficientes à continuidade das populações tradicionais. Em abril de 2020 uma ação de reintegração de posse acaba em conflito entre a polícia e os índios Tapeba; dois índios morrem. Esse fato provoca manifestações pequenas que são violentamente reprimidas em algumas capitais. Uma grande parte da população dessas cidades é contra esse tipo de manifestação e aplaude os esforços da polícia para prender os manifestantes.



Uso da terra e desertificação

“Com aproximadamente 1,3 milhão de quilômetros quadrados do seu território sob risco de se transformar em deserto, pensar o uso correto da terra é cada vez mais urgente ao Brasil. Dados do Instituto Nacional do Semiárido (Insa), órgão ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, mostram que a área suscetível chega a 15% do território nacional e envolve 1.488 municípios em nove estados da Região Semiárida do Nordeste brasileiro, do norte de Minas Gerais e do Espírito Santo.”

Fonte: Portal EBC www.ebc.com.br/2012/09/manejo-adequado-e-conscientizacao-sao-armas-para-combater-desertificacao-que-ja-atinge-15-do

Em 2021, um relatório da ONU denuncia a aceleração do processo de desertificação no Brasil. O relatório aponta o desmatamento e as práticas agrícolas inadequadas como os principais culpados. Paralelamente, ONGs socioambientais apresentam estudos demonstrando que o aumento dos gases de efeito estufa está relacionado às altas taxas de desmatamento no Brasil, que só cresceram ao longo de quase uma década do Novo Código Florestal.

Em 2022, o Congresso aprova uma lei proibindo passeatas e outros tipos de demonstrações em vias públicas que possam ser prejudiciais ao pleno desenvolvimento das crianças. Como resultado, algumas manifestações são realocadas a lugares de menor exposição, onde o controle dos participantes pode ser exercido com portões de entrada e saída. Sendo assim, a Parada do Orgulho Gay é transferida para o Sambódromo em São Paulo e no Rio de Janeiro, com acesso proibido a menores de 21 anos.

Em 2021, três organizações da cooperação internacional com presença histórica no Brasil, que tinham deixado de apoiar projetos no país em 2015, ao receberem apelos de



líderes da sociedade civil, decidem retornar e criar o Fundo para Luta por Direitos.

Esse fundo possibilita a criação de arranjos mais eficientes e criativos, atraindo uma nova geração de ativistas sociais e ambientais. Grande parte desses recursos é gasta em comunicação, para contrapor mensagens conservadoras veiculadas pela mídia dominante, fortemente controlada por grupos aliados à base do governo.

"Houve uma mudança na doação individual nos últimos dois anos com o surgimento das plataformas de financiamento coletivo (crowdfunding). As organizações estão conseguindo captar recursos de pessoas físicas com sucesso."

"A criatividade das manifestações deixou as pessoas perplexas."

Cooperação internacional

Pesquisa realizada pela Articulação D3 perguntou a 41 entidades internacionais que investem em organizações da sociedade brasileira sobre os principais motivos da diminuição ou retirada de investimentos.

Os motivos apresentados foram organizados e sintetizados nas seguintes categorias, listadas por ordem decrescente de frequência:

- 1º – crise econômica mundial de 2008-2009 com decorrente redução de orçamento;
- 2º – mudança de prioridade e/ou interesse para outras regiões do globo;
- 3º – alto nível de desenvolvimento econômico e social brasileiro;
- 4º – mudança da estratégia de atuação da organização;
- 5º – maior potencial de captação interna e possibilidade crescente de autossustentabilidade do campo social brasileiro;
- 6º – alcance dos objetivos com melhoria da problemática trabalhada.

Fonte: Investigações sobre a conjuntura dos investimentos das organizações internacionais no campo social brasileiro no período de 2008 a 2010, www.institutofonte.org.br

Como forma de contrapor o fortalecimento do fundamentalismo cristão, organizações de defesa de direitos articulam-se com organizações ecumênicas e inter-religiosas, pastorais sociais e grupos diaconais de igrejas protestantes para iniciar um processo de debate e reflexão sobre “fé na vida pública”. Nesse processo, resgata-se a relação entre fé e política na perspectiva da teologia da libertação, da teologia feminista e das religiões, entre outras, que procuram promover o diálogo entre tradição e modernidade.

Apesar de organizar passeatas importantes durante a campanha presidencial em 2022, os movimentos sociais não conseguem impedir a eleição do primeiro presidente apoiado pelos setores conservadores do Congresso, ligada a organizações e movimentos religiosos conservadores. Entre suas promessas de campanha estão: a valorização da família brasileira e a aceleração do desenvolvimento econômico por meio do agronegócio e da construção de mais hidrelétricas na Amazônia, mais estradas, mais plataformas e refinarias de petróleo.

“Num futuro onde a lógica conservadora está no poder, a sociedade civil vai estar clandestina, ou vai ter que voltar a um perfil de organizações assistencialistas. Assim, o foco sai do campo da conquista do direito e passa para uma questão do individual: você tem seu problema de saúde e vai até a instituição para pegar o seu remédio.”



Ciranda



No mundo “Ciranda”, as organizações da sociedade civil, as empresas, os governos e os cidadãos caminham para um relacionamento de **interdependência e cooperação**. Multiplicam-se os exemplos de **participação** da sociedade na definição, monitoramento e avaliação de políticas públicas. As OSCs mantêm sua **autonomia**, e sua **imagem positiva** junto a formadores de opinião e à sociedade em geral é fortalecida.

As organizações da sociedade civil investem muitos recursos e tempo para criar canais de comunicação efetivos e diretos com a população. A presença nessas organizações da nova geração nascida na era das **redes sociais** possibilita uma **sinergia** interessante com membros da “velha-guarda”, unindo inovação e comunicação horizontal e instantânea ao embasamento histórico e posicionamento político.

Em 2023, a sustentabilidade dessas organizações está calcada em financiamentos públicos e privados, em recursos advindos de obrigações impostas pelos Termos de Ajustamento de Conduta direcionados pelo Ministério Público¹ e, cada vez mais, de doadores individuais e de formas colaborativas inovadoras de doação. Apesar de a economia ainda ser amplamente baseada na exportação de commodities e no incentivo ao consumo de bens no mercado interno, o governo amplia os investimentos em novos formatos de empreendimentos solidários e criativos, inclusive os chamados **negócios sociais**². A **banda larga** pública e privada amplia a utilização de plataformas de ensino a distância, possibilitando maior acesso a informações em geral e, especificamente, à educação formal em nível superior (tecnólogos e universitários) para milhões de brasileiros, gerando um salto quantitativo e qualitativo na participação da população na política do país.

¹ Documento utilizado pelos órgãos públicos, em especial pelos ministérios públicos, para o ajuste de condutas contrárias à lei. As multas resultantes de quem continua a descumprir os termos do ajuste podem ser direcionadas para organizações da sociedade civil que trabalhem na defesa dos direitos violados pelas organizações multadas.

² Negócio social é um empreendimento inovador, escalável, ético e com alto potencial de impacto. Pode ser uma ONG ou empresa que preste serviços.

Como o cenário aconteceu

As manifestações nas ruas continuam em 2014, porém, com menos confrontos violentos. Muitas dessas demonstrações tem pautas positivas, evitando o tom de “lutar contra” alguma coisa. Os organizadores das manifestações de junho de 2013 conseguem criar campanhas atrativas para a Copa, cobrando do governo e das empresas mais responsabilidade no tratamento das famílias que foram removidas em decorrência das obras necessárias para a realização do evento, além de maior transparência nos gastos. Aproveitando-se do momento de descontração natural de um país-sede da Copa do Mundo, são realizadas várias manifestações pacíficas e criativas, com a presença também de ativistas internacionais, chamando a atenção do mundo para problemas como a mobilidade urbana, o saneamento, a saúde e a educação no Brasil. Algumas organizações se distanciam desse tipo de manifestação mais positiva, enquanto outras criam alianças estratégicas com coletivos inovadores que voltam seus discursos e práticas para as possibilidades e a abundância de recursos, ao invés de focar na ideia de luta e de contraposição. Os poucos protestos mais violentos são coibidos de forma repressiva pelas forças policiais. No entanto, após diversas prisões arbitrárias e ferimentos graves em alguns jovens e trabalhadores que se manifestavam pacificamente, a população volta a ocupar as ruas pedindo menos violência.

O Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil é aprovado e sancionado em 2014. O governo aproveita a campanha de reeleição e leva o tema da relação entre governo e sociedade civil como pauta para o debate presidencial, realizando diversas reuniões pelo Brasil. As organizações da sociedade civil criticam a demora na operacionalização do marco e solicitam que o governo crie canais mais efetivos para comunicação e resolução de problemas. Os candidatos de oposição fazem

“O Brasil é muito grande, muito diverso e muito múltiplo. A gente precisa de muitas organizações de muitos tipos para dar conta.”

“As pessoas acordaram para os seus direitos. Ninguém mais fala ‘sim sinhô’.”

compromissos públicos em prol não só do marco regulatório, como também de uma relação mais colaborativa com as ONGs.

“Com o novo marco regulatório quer-se construir relações de parceria e colaboração, preservando a autonomia de ambos os entes.”

Plano de metas das cidades sustentáveis

“São Paulo foi a primeira cidade do Brasil a aprovar uma emenda à Lei Orgânica do Município que compromete os prefeitos(as) eleitos(as) a apresentarem um programa de metas quantitativas e qualitativas para sua gestão, com indicadores e metas para cada um dos setores da administração pública municipal, subprefeituras e distritos da cidade. O Programa de Metas de cada prefeito(a) deve considerar as diretrizes de sua campanha eleitoral. O projeto de emenda à Lei Orgânica do Município foi apresentado pela Rede Nossa São Paulo em agosto de 2007 e foi aprovado em 19 de fevereiro de 2008 numa votação histórica na Câmara Municipal de São Paulo, com o apoio dos 54 vereadores presentes à sessão. Em março de 2009, o prefeito de São Paulo apresentou um plano com 223 metas, batizado de Agenda 2012. Inspiradas na experiência paulistana, cerca de 30 cidades brasileiras já aprovaram legislação semelhante, dentre elas Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Campinas.”

Fonte: Metas de sustentabilidade para os municípios brasileiros, <http://www.cidadessustentaveis.org.br/downloads/publicacoes/publicacao-metas-de-sustentabilidade-municipios-brasileiros.pdf>

O Marco Civil da Internet abre espaço para o desenvolvimento mais rápido da internet no Brasil já a partir de 2014, definindo questões de responsabilidade de provedores e usuários, bem como a neutralidade, privacidade, retenção de dados e função social da rede. Com a nova lei, o Ministério Público passa a fiscalizar se os sítios são acessíveis, permitindo que grupos anteriormente excluídos não só tenham acesso às informações, como também participem de maneira mais efetiva na criação dos conteúdos.



Desenvolve-se uma plataforma virtual que transforma causas sociais e ambientais em jogos de rede online. Esses jogos, além de trazer informações reais para os usuários, também criam oportunidades para que o jogador realize interferências no mundo real que contam pontos no jogo. É muito comum ver jovens se voluntariando para dar aulas de reforço escolar para crianças em troca de pontos no seu jogo preferido.

Em 2015, o governo recém-eleito convida representantes da sociedade civil organizada, dos novos movimentos sociais, da iniciativa privada e do Ministério Público para um processo de diálogo que dura seis meses e cria as bases para uma nova fase de colaboração entre esses setores. Esse diálogo dá origem às primeiras iniciativas inovadoras de comunicação intersetorial. A ideia é evitar que a burocracia e a formalidade prejudiquem a comunicação instantânea e transparente possibilitada pelo novo ambiente tecnológico e encorajada por um novo ambiente social. Alguns membros da oposição no Congresso tentam desqualificar a iniciativa, alegando que o governo só convidou seus aliados para o processo. As empresas privadas que participam do diálogo ajudam a comunicar de forma clara para a população os objetivos e as etapas dessa colaboração, mostrando que sua riqueza está na inclusão de oponentes que demonstram vontade genuína de, pelo menos, ouvir o outro.

"As organizações da sociedade civil precisam de uma excelente estratégia de comunicação com a sociedade. Vão ter que encontrar e utilizar ferramentas que deem visibilidade e transparência."

Exemplo de relação de parceria OSC–Estado

O Programa 1 Milhão de Cisternas é uma iniciativa da Articulação do Semiárido (ASA) e conta com apoio financeiro do Governo Federal. O objetivo é beneficiar cerca de 5 milhões de pessoas em toda a região semiárida com água potável para beber e cozinhar, através das cisternas de placas.

Segundo Felipe Pinheiro, um dos membros da articulação do movimento no Ceará, todo o sistema de monitoramento é descentralizado e várias organizações de base executam o programa. O sistema de prestação de contas permite que qualquer parceiro saiba onde está sendo construída uma cisterna, bem como o custo de cada item utilizado, o que dá total transparência.

Por outro lado, há o desafio, “não só para a ASA como para toda a sociedade civil, que passa pela construção de um marco regulatório para a relação sociedade-Estado. Ainda não existe uma legislação que regule isso, o que deixa muitos vácuos em relações contratuais que acarretam diversas circunstâncias que poderiam ser evitadas”, diz Pinheiro.

Fonte: Rede de Tecnologia Social www.rts.org.br/entrevistas/felipe-pinheiro-membro-da-coordenacao-da-articulacao-no-semi-arido-no-ceara-asa-ce

“Os novos movimentos vão criar alianças com os movimentos mais tradicionais, preservando o oxigênio e a vitalidade que eles têm e, à medida que se relacionem com esses segmentos mais tradicionais, vão incorporar bandeiras históricas da sociedade. Seria uma simbiose que faria os dois crescerem.”

O novo governador do Rio de Janeiro convida representantes da aliança de ONGs que fez um diagnóstico da Copa de 2014 para servir de conselheiros nas ações preparativas para as Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016. Contrariamente à expectativa inicial, os conselheiros indicados percebem que há uma parcela do governo realmente interessada em melhorar os processos de gestão desses eventos esportivos com base nos aprendizados da Copa.

No começo de 2017 os principais sindicatos, organizações da sociedade civil e movimentos sociais convocam uma greve geral para pressionar o governo e o Congresso a votarem uma reforma política ampla. A reforma é parcialmente aprovada no final de 2017.

Algumas emendas contrárias aos termos propostos pela sociedade civil foram incluídas mas, ainda assim, a reforma é vista como um grande avanço, pois o financiamento de campanhas por empresas privadas fica proibido a partir das eleições de 2018.

Coalizão pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas

É resultado de uma ação conjunta das entidades, que no dia 28 de agosto de 2013, em reunião na CNBB, aprovaram o manifesto e a proposta de projeto de lei de iniciativa popular, que tem como finalidade desencadear uma campanha cívica, unificada e solidária, pela efetivação de imediata Reforma Política. A Coalizão reúne 43 entidades da sociedade civil, que entraram em consenso em favor de uma única proposta de Reforma Política. (...)

Principais pontos da proposta:

1. Instauração do financiamento público para as campanhas eleitorais;
2. Proibição de financiamento eleitoral por pessoas jurídicas;
3. Permissão de contribuição individual obedecendo ao teto de setecentos reais por eleitor e não ultrapassando o limite de 40 % dos recursos públicos recebidos pelo partido destinados às eleições;
4. Extinção do sistema de voto dado ao candidato individualmente, como hoje é adotado para as eleições de vereador, deputado estadual e federal e, em seu lugar,
5. Adoção do sistema eleitoral do voto dado em listas pré-ordenadas, democraticamente formadas pelos partidos e submetidas a dois turnos de votação, constituindo o sistema denominado “voto transparente”, pelo qual o eleitor inicialmente vota no partido e posteriormente escolhe individualmente um dos nomes da lista;
6. Garantia da alternância de gênero nas listas mencionadas no item anterior;
7. Regulamentação dos instrumentos da Democracia Direta ou Democracia Participativa, previstos no art. 14 da Constituição, de modo a permitir sua efetividade, reduzindo-se as exigências para a sua realização, ampliando-se o rol dos órgãos legitimados para iniciativa de sua convocação, aumentando-se a lista de matérias que podem deles ser objeto, assegurando-se financiamento público na sua realização e se estabelecendo regime especial de urgência na tramitação no Congresso;
8. Modificação da legislação para fortalecer os partidos, para democratizar suas instâncias decisórias especialmente na formação das listas pré-ordenadas, para impor programas partidários efetivos e vinculantes, para assegurar a fidelidade partidária, para considerar o mandato como pertencente ao partido e não ao mandatário;
9. Criação de instrumentos eficazes voltados aos segmentos sub-representados da população, exemplificativamente afrodescendentes e indígenas, com o objetivo de estimular sua maior participação nas instâncias políticas e partidárias;
10. Previsão de instrumentos eficazes para assegurar o amplo acesso aos meios de comunicação e impedir que propaganda eleitoral ilícita, direta ou indireta, interfira no equilíbrio do pleito, bem como garantias do pleno direito de resposta e acesso às redes sociais.

Fonte: Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal www.anfip.org.br/informacoes/noticias/Movimento-defende-reforma-politica-e-eleicoes-limpas_18-11-2013

Banda larga gratuita

“Como havia prometido no início do mês, a Prefeitura concluiu nesta quinta-feira 28 de março o processo de licitação para a contratação de nova empresa de prestação de serviços de internet pública e gratuita para o município de Coroados. Três empresas participaram da licitação. A vencedora foi a Fit, de Birigui, que passa a oferecer internet gratuita ao município, com mais rapidez e melhor qualidade, por menos da metade do preço da empresa cujo contrato venceu em 28 de fevereiro.

Além disso, a empresa vencedora da licitação fornecerá como cortesia serviço de banda larga (wi-fi) gratuito na praça central de Coroados.

Pelo contrato que expirou em fevereiro, assinado na administração anterior, a Prefeitura pagava R\$ 12.350 mensais. Pelo novo contrato, a internet pública e gratuita custará R\$ 5.750,00 ao mês. Será uma economia de R\$ 79.200,00 ao ano.

‘Vamos economizar mais de 50% do que gastávamos, e com um serviço de melhor qualidade para a população. Esses recursos que economizamos pertencem aos munícipes e vamos investir em outras prioridades do município’, afirma o prefeito Hélcio Carrilho Slavez, o Tute.”

Fonte: <http://www.coroados.sp.gov.br/noticias.asp>

“Acho que vamos chegar a uma situação na qual combinaremos mecanismos de democracia direta com mecanismos de participação institucionalizados.”

“A geração Y constrói com solidariedade, compreensão, união, ao mesmo tempo em que há individualismo e egoísmo.”

Em 2019 o governo anuncia que o acesso à internet banda larga chegou a quase 100% dos municípios do Brasil. Em uma parceria inédita entre as principais universidades públicas brasileiras, estas passam a oferecer 70% de todas as aulas de forma gratuita por meio da internet, com o cumprimento das leis de acessibilidade. Essa iniciativa é bloqueada judicialmente pelos principais grupos educacionais privados do país que, juntos, contam com quase 60% de todos os alunos de graduação. Em 2020, as matrículas nas universidades particulares caem e elas fazem acordos com o governo para utilizar suas estruturas para veicular aulas gratuitas de universidades brasileiras e do exterior.

Universidades privadas

A fusão das duas maiores companhias de ensino de capital aberto do país cria uma gigante com valor de mercado de cerca de R\$ 12 bilhões. Segundo as empresas, a associação formará o maior grupo de educação do mundo em número de alunos e em valor de mercado. A nova companhia englobará um universo de aproximadamente 1 milhão de alunos.

Fonte: UOL economia.uol.com.br/noticias/redacao/2013/04/22/kroton-e-anhanguera-anunciam-fusao-e-criam-gigante-mundial-da-educacao.htm

Em 2020, por pressão de uma frente de prefeitos, o governo decide manter os repasses para as prefeituras que ainda não cumprem parte da Lei de Resíduos Sólidos aprovada sete anos antes, especialmente com relação ao fechamento dos chamados “lixões”. Algumas organizações da sociedade civil oferecem apoio ao governo para trabalhar com as cidades que ainda não conseguiram se adequar ao código. O Governo Federal lança um edital de parceria para que ONGs apoiem as cidades em projetos que visem o fechamento dos lixões e a destinação correta dos resíduos. O último lixão é fechado em 2022.

Resíduos sólidos

“O programa Catavida é uma das mais bem-sucedidas iniciativas coordenadas pela Prefeitura de Novo Hamburgo. Neste mês foi recebido mais um reconhecimento nacional, com o certificado de Tecnologia Social concedido pela Fundação Banco do Brasil. Entre tantas virtudes do programa, os investimentos realizados no Catavida permitiram que 15 catadores aumentassem de tal forma sua renda mensal que deixaram a lista de beneficiados com o Bolsa Família. Uma conquista social expressiva para quem tem a tarefa de separar o nosso lixo – ou resíduos.”

Fonte: Jornal Novo Hamburgo www.jornalnh.com.br/blogs/vale-tudo/474775/nosso-lixo-faz-catadores-deixarem-bolsa-familia.html

“Novos tempos virão, novas formas de luta, novos instrumentos, e cabe a nós fundamentalmente saber entrar nesse processo.”



Apesar de avanços em vários direitos, indígenas e populações tradicionais como os quilombolas ainda não conseguem garantir seu direito aos territórios. Em 2023, o governo tenta continuar o processo de demarcação. Porém, congressistas que apoiam o agronegócio e as grandes hidrelétricas ameaçam paralisar o Congresso caso as demarcações continuem. Após uma grande manifestação de indígenas, quilombolas e outras populações tradicionais apoiadas por diversos movimentos sociais, o governo cria uma comissão para tratar das demarcações, com participação de representantes indígenas, quilombolas, do agronegócio e de grandes construtoras. Apesar do ceticismo de muitos dos envolvidos, os trabalhos começam, mas não são concluídos até o final do ano.

Movimentos sociais e organizações da sociedade civil organizam um grande mutirão em todo o país para celebrar os dez anos das manifestações de junho de 2013. Conferências virtuais e presenciais discutem os diferentes modelos organizacionais criados ao longo da última década, ressaltando a importância do trabalho intergeracional para o fortalecimento das organizações na sociedade civil. Muitos concluem que a estratégia de não enquadrar todos os tipos de iniciativas de transformação social em uma mesma categoria continua sendo acertada e, portanto, prosseguirá o investimento em plataformas de diálogo interorganizacionais. A população para de trabalhar por dois dias para realizar trabalhos voluntários visando à melhoria dos espaços públicos. Vários *flash mobs*³ são organizados nesses dias para sensibilizar a população de forma lúdica. A maioria das empresas privadas concorda em liberar os funcionários para o mutirão. A mídia dominante aponta os prejuízos desse dia para a economia do Brasil, enquanto cidadãos do mundo inteiro solidarizam-se pelas redes sociais.

³ Aglomerações instantâneas de pessoas em certo lugar para realizar determinada ação inusitada previamente combinada, dispersando-se tão rapidamente quanto se reuniram. A expressão geralmente se aplica a reuniões organizadas através de e-mails ou redes sociais.



Como utilizar os cenários

Para que esses cenários sejam bem-sucedidos, é fundamental a reflexão e a conversa sobre eles. Essa reflexão pode ser individual ou coletiva, presencial ou virtual. Gostaríamos de encorajar qualquer cidadão a se juntar com outras pessoas para conversar sobre este material.

As principais perguntas para a reflexão são:

- Quais sinais percebo atualmente que se configuram como indícios de que um ou mais dos cenários está se materializando?
- Que oportunidades e ameaças enfrento em cada um desses cenários? Quais as oportunidades e ameaças para minha organização? Para o meu país?
- O que posso fazer para me *preparar* para esses futuros? O que posso fazer para *influenciar* esses futuros? Que desafios e escolhas eu encaro, olhando para esses futuros possíveis?
- O que estou enxergando agora que não enxergava antes?
- Qual é meu próximo passo? E o próximo passo de ação coletiva da instituição, rede, movimento ou comunidade de que faço parte?

Os encontros presenciais de reflexão podem reunir desde quatro a centenas de pessoas. O local ideal deve ter cadeiras soltas suficientes, um projetor e computador, flipchart e marcadores, mas adaptações são possíveis.

No website do projeto <www.sociedadecivil2023.org.br> oferecemos materiais de apresentação, uma orientação completa para a facilitação de encontros de reflexão sobre os cenários e links para contribuir com suas ideias em nossa página no Facebook <www.facebook.com/sociedadecivil2023>.

Todos os materiais do projeto podem ser reproduzidos livremente.

Destacamos que o propósito da reflexão estruturada sobre os cenários não é chegar a um consenso sobre o que vai acontecer. O objetivo é engajar uma diversidade de atores e usar os cenários para informar e inspirar estratégias individuais e coletivas, iluminar caminhos possíveis e esclarecer próximos passos.

Colaboradores

A **Reos** é uma instituição internacional que aborda desafios sociais complexos ao redor do mundo. Em parceria com governos, empresas e organizações da sociedade civil, a Reos convoca, desenha, organiza e facilita processos que permitem que equipes de diversas partes interessadas trabalhem juntas para avançarem em seus desafios. O Instituto Reos no Brasil oferece cursos pagos e gratuitos para compartilhar metodologias inovadoras para mudanças sociais, além de desenvolver projetos e plataformas multi-stakeholder para trabalhar temas percebidos como chave para o desenvolvimento sustentável do país.

A **Articulação D3** foi constituída em 2009 por um grupo de 13 financiadores de projetos sociais. A iniciativa tem como objetivo sensibilizar e articular representantes de distintos setores – social, empresarial e governamental – para construir uma estratégia conjunta voltada à sustentabilidade das organizações sociais, bem como aumentar a influência dessas organizações sobre políticas relacionadas às áreas em que atuam.

A **Secretaria-Geral da Presidência da República** tem como principal atribuição intermediar as relações do Governo Federal com as entidades da sociedade civil. A Constituição brasileira de 1988 consagrou o princípio da participação social como forma de afirmação da democracia e, desde então, houve um crescimento significativo de instâncias e canais de participação em todos os âmbitos da Federação. Nesse contexto, cabe à Secretaria-Geral assessorar diretamente o Governo Federal e a Presidenta da República no relacionamento e articulação com os movimentos sociais, entidades patronais e de trabalhadores, o que inclui a criação e implementação de canais que assegurem a consulta e a participação popular na discussão e definição da agenda prioritária do país. Um exemplo da atuação da Secretaria-Geral é a condução da agenda do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil.

Equipe de Cenários

Alfabetização Solidária
Viviane Silva de Medeiros

AMARRIBO Brasil
Nicole Verillo Campello

**Articulação dos Povos e Organizações
Índigenas do Nordeste de Minas
Gerais (APOINME)/Associação das
Comunidades dos Índios Tapeba (ACITA)**
Ricardo Weibe Nascimento Costa

Associação Brasileira de ONGs (ABONG)
Vera Maria Masagão Ribeiro

**Associação Mundial de Rádios
Comunitárias (AMARC Brasil)**
João Paulo Carrera Malerba

**Centro Interdisciplinar de Gestão Social
(CIAGS/UFBA)**
Maria Angela Gomes Teixeira

Coletivo Pretas Candangas
Ana Flávia Magalhães Pinto

**Instituto de Pesquisa Econômica
Aplicada (IPEA)**
Ana Maria Peliano

**Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do
Brasil (CONIC)**
Romi Márcia Bencke

Controladoria Geral da União (CGU)
José Eduardo Romão

**Escola de Gente – Comunicação
em Inclusão**
Claudia Werneck

Fórum da Amazônia Oriental (FAOR)
Marco Antonio Correa Mota

Fundação Avina
Marcus Fuchs

Fundação Getúlio Vargas
Mário Aquino Alves

Fundação Kellogg
Rui Mesquita

Fundação Telefônica Vivo
Américo Teixeira Mattar Jr.

**Grupo de Institutos, Fundações e
Empresas (GIFE)**
Andre Raichelis Degenszajn

Human Rights Watch
Maria Laura Brandão Canineu

Instituto C&A
Paulo Castro

Instituto Ethos
Caio Luiz Carneiro Magri
Felipe Saboya

Instituto Socioambiental (ISA)
Nilto Tatto

Instituto Unibanco
Ricardo Henrique

Jovens Feministas de São Paulo
Lia Lopes Almeida

Ministério da Justiça
David Pires
Fernanda Alves dos Anjos

Ministério do Trabalho
Paul Singer

Ministério Público Estadual
José Eduardo Sabo Paes

Movimento Fora do Eixo
Carolina Tokuyo Rodrigues

Movimento Interestadual das Quebradeiras
de Coco Babaçu (MIQCB)
Maria de Jesus Ferreira Bringelo

Movimento Nacional de Direitos Humanos
Joisiane Sanches de Oliveira Gamba

Movimento Nacional dos Catadores de
Materiais Recicláveis (MNCR)/Cooperativa
dos Catadores de Materiais Recicláveis do
Loteamento Cavahada (ASCAT)
Alexandro Cardoso

Movimento Sem Terra (MST)
Francisco Chiavon

Programa das Nações Unidas para o
Desenvolvimento (PNUD) / Secretaria-
Geral da Presidência da República
Bianca dos Santos - Consultora - Projeto
BRA/12/018

Rede Brasileira Cidades Sustentáveis
Guilherme Lara Camargos Tampieri

Rede de Fundos Independentes
Candace Lessa

Secretaria-Geral da Presidência da
República
Laís de Figueirêdo Lopes
Pedro de Carvalho Pontual

Entrevistados Adicionais

Alfabetização Solidária – Centro Ruth
Cardoso
Regina Esteves

Centro Interdisciplinar de Gestão Social
(CIAGS/UFBA)
Tania Fisher

Escola de Ativismo
Marcelo Marquesini

Fundação Banco do Brasil
Jorge Streit

Fundação Telefônica Vivo
Francoise Trapenard

Instituto de Estudos Socioeconômicos
(Inesc)

José Moroni

Instituto Fernando Henrique Cardoso

Sérgio Fausto

Pontifícia Universidade Católica de São
Paulo (PUC-SP)

Ladislau Dowbor

Processo de Articulação e Diálogo (PAD)

Júlia Esther Castro França

Secretaria-Geral da Presidência da
República

Diogo de Sant'Ana

Equipe Instituto Reos

Mille Bojer

Marcelo Michelsohn

Mariana Andrade Miranda

Daniela Saraiva Santos

Luciana Abrahamsson Pereira

Christel Scholten

Tiê Franco Brotto

Editor dos cenários

Marcelo Michelsohn

Peças Gráficas

Coordenação

MAPSE

Projeto gráfico

Prata Design

Ilustrações

Juliana Russo



PARTICIPE DA CONVERSA:

www.sociedadecivil2023.org.br #sociedadecivil2023 www.facebook.com/sociedadecivil2023

